

1 Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social - **SEDS/PR**
2 Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - **CEDCA/PR**
3 Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 6º Andar Bloco 'D' - Palácio das Araucárias
4 CEP 80530-915 - Curitiba – Paraná



5
6
7 **Assembleia Extraordinária**

8 **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente**

9 **CEDCA/PR 16/03/2016**

10

11 Aos dezesseis dias do mês de março do ano de 2016, às 8h30min em primeira convocação, na sala de
12 reuniões do 7º andar da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS, sita no
13 Palácio das Araucárias s/nº – Rua Jacy loureiro de Campos – Bairro Centro Cívico, em Curitiba – PR, foi
14 dado início à **Assembleia Extraordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do**
15 **Adolescente – CEDCA-PR**, para a qual os Conselheiros tiveram convocação especial. No horário pré-
16 determinado, o **Conselheiro Vice Presidente Francisco dos Santos Marcos** (APAE de Jaguariaíva)
17 procedeu a abertura desses evento, com a presença de apenas 4 Conselheiros: o Próprio Vice Presidente
18 Francisco, José Carlos Aliaga (SEPL) Juara R. Ferreira (SEED), Rita de Cássia Tossolini (Centro de
19 Nutrição Renascer). Aguardando o quórum regimental, nova chamada foi realizada às 9h00, quando foram
20 registradas as seguintes presenças Leandro Nunes Meller (Sup. Garantia de Direitos/SEDS), Francisco dos
21 Santos Marcos (APAE de Jaguariaíva), Juara Ferreira (SEED), José Carlos Aliaga (SEPL), Rafaela M.
22 Cantergiani (Casa Civil) Ana Cláudia Machado (SESP), Marcela Evangelista (GFS/SEDS), Gladys Tortato
23 (CPSB/SEDS), Alexandra Alves José (Instituto Leonardo Murialdo), Renann Ferreira (Guarda Mirim de Foz
24 do Iguaçu), Tatiana Gomara Neves (SESA), Márcio Augusto S. De Alencar (SEJU) Thaisa Hernandez
25 (ACRIDAS), Tamires V. Laskoski (SETI), Elidiamara, Rita de Cássia Tossolini (Centro de Nutrição
26 Renascer), Cilmara de Fátima Buss de Oliveira (APADEV), Elidiamara Simões Nunes (APAE de
27 Umuarama), Thiago Alberto Aparecido (APAE de Santo Antônio da Platina) totalizando 19 Conselheiros.

28 **Pauta do dia – PPA Deliberações antigas – Aprovada** Iniciando os trabalhos, o **Conselheiro Presidente**
29 **Leandro N. Meller** deu as boas vindas ao grupo presente, informando que no dia anterior ocorreram
30 avanços significativos nos trabalhos da Comissão do Regimento Interno. Por outro lado, relatou que a
31 Secretaria de Estado do Planejamento far-se-á presente no plenário às 14:00 horas, quando irá discorrer
32 sobre o PPA. Deu boas vindas à **conselheira Ana Cláudia Machado** que representará a Secretaria de
33 Estado da Segurança Pública – SESP neste Conselho. Essa Delegada já atuou junto ao NUCRIA e hoje é
34 Coordenadora das Delegacias da Mulher. Na sequência, já na tela foi colocado o assunto a ser debatido: “
35 **Deliberações – Execução 2015/FIA**, cuja explanação detalhada ficou a cargo da Conselheira **Marcela**
36 **Evangelista** (Coordenação Financeira SEDS). O objetivo dessa ação conjunta seria analisar todas as
37 Deliberações com saldo, definir os possíveis cancelamentos ou retorno dos saldos sob análise do Conselho.
38 Registrada a chegada do visitante **Douglas Moreira**, representante do Fórum DCA e da **Técnica Leslie**
39 **(CPSE/SEDS)**, **Dra. Daniele Vieira** (Núcleo Jurídico da SEDS), **Conselheira Débora Costa (ABEC)**. No
40 discorrer dos debates, foram analisadas deliberações referentes aos Censes, Laboratório de DNA, Crescer
41 em Família, Capacitação de Conselheiros Municipais, Centros da Juventude, Comunidades Terapêuticas,

42 Conselhos Tutelares, Culturação, Trabalho Infantil, reformas em Unidades, publicações e Liberdade Cidadã.
43 **Registrada a chegada dos Conselheiros Marcos Kametani (SEPL), Fábio Henrique dos Santos (SEFA)**
44 **e Tatjane Garcia Albach (Cultura).** Em dado momento, a **Conselheira Tatjane (Cultura)** mencionou que o
45 Ministério Público solicitou a inclusão de ações culturais nos CENSES, motivo pelo qual pleiteava a
46 utilização dos recursos nessas ações. **Em apreciação, a manutenção foi aprovada com 13 votos, sendo**
47 **que a forma de condução será vista pela SEJU e Secretaria de Cultura.** Dando um acompanhamento
48 efetivo às discussões, o **Conselheiro Renann Ferreira (Guarda Mirim de Foz do Iguaçu)** apontou ser
49 necessário que as empresas tragam um “feed back”, das etapas referentes à campanha de enfrentamento à
50 violência, para conhecimento do Conselho. **Plano Estadual de Sócio Educação. Em votação** Favoráveis
51 a manutenção do recurso **11 votos Contrários – 8 votos Aprovada a manutenção. Intervalo para o**
52 **almoço.** Retomada dos trabalhos às 14:00 horas Verificou-se não ter havido alterações na listagem de
53 Conselheiros presentes e sim um acréscimo referente aos visitantes, Sr. Eleotério Ferreira e técnica
54 Evandra Suzane Bazzo, Assessora da Secretaria de Estado do Planejamento e o Conselheiro Vanderlei
55 Augusto da Silva, representante da Associação Educacional Espírita Lins de Vasconcelos (Cascavel).
56 **Apresentação do Plano Plurianual 2016/2019 – Relator Coordenador Eduardo Ferreira Eleotério**
57 **(SEPL) Histórico – Legislação – Estrutura** 6 reuniões realizadas em 2015, com a presença do Secretário
58 Sílvio Barros. Moção de dimensão e importância do PPA. Conhecimento das atividades e competência do
59 órgão. Facilidade de acesso às informações e com agilidade das respostas. Atividades iniciadas em 12/02,
60 começando com o diagnóstico setorial, mais análise dos elementos. Levantamento dos projetos
61 estratégicos, com viabilidade financeira e de execução, mais definição de programas, audiências públicas,
62 elaboração das propostas, encaminhamento do anteprojeto à assembleia, aprovação da Lei e sanção
63 governamental. O palestrante relatou aos Conselheiros que mais de 70 reuniões foram realizadas com os
64 interlocutores, atendimentos individuais e telefônicos, diagnóstico setorial indicadores e metas. Participação
65 dos técnicos da SEFA e IPARDES – **Legislação** Artigo 133 da Constituição Estadual. Art. 165 e 166 da
66 Constituição Federal. Lei Complementar 101. **Prazos Legais** 1) PPA até 30/09 a cada 4 anos (para ALEP).
67 Votado até 31/12, coincidindo com a LOA. LDO – entregue até 15/04 e votada em até 30/06. Audiências
68 Públicas em Maringá-Cascavel e Curitiba em agosto (18,19 e 20). Total de contribuições – 5.743 avaliações
69 e 571 sugestões. Onde o Estado quer chegar ao final do quadriênio. A partir dos programas, montam-se as
70 iniciativas – O PPA é a base dessa montagem, para alcançar as metas. Apresentados 20 Programas
71 Finalísticos com Suas Respectives Secretarias. 4 Programas de gestão – 321 iniciativas 208 metas – 61
72 indicadores de programas 27 órgãos e 111 Unidades Orçamentárias. A SEFA define o teto orçamentário
73 para cada uma – De 2017 a 2019 é uma projeção que se faz. **Próximos passos** Execução.
74 Acompanhamento. Revisão Anual. Ajustamentos do PPA na LDO. O momento seguinte teve a palavra do
75 **Presidente Leandro Meller (SEDS)** clareando que no Desenvolvimento Social encontram-se as políticas da
76 SEDS, de Garantia de Direitos. O programa abre dentro de iniciativas globais, que irão reabrir em ações e
77 obras. O Plano Decenal da Criança e do Adolescente é um dos instrumentos que está abarcado no PPA.
78 Existe uma iniciativa específica para crianças e adolescentes que é a de nº 471. É um documento de
79 planejamento a médio prazo e que se traduz na elaboração do orçamento anual. Ressaltou a **Conselheira**
80 **Débora (ABEC)** que conhece perfeitamente esse documento, constatando que possui inúmeras
81 fragilidades. Considera que a prioridade da criança e do adolescente não está na SEDS pois já no 1º ano
82 teve-se justificativas que não houve execução. O orçamento da criança é muito maior do que se imagina

83 dentro do PPA e no momento, estão sendo criados os indicadores básicos para todo o Brasil. **Registrada a**
84 **chegada do Conselheiro Pedro Giamberardino. O Presidente Leandro** sugeriu que existe uma comissão
85 que está tratando do OCA e muitas coisas daqui ainda serão aprofundadas. Segundo a **conselheira**
86 **Débora (ABEC)** o CEDCA deverá pensar na Política da Criança e do Adolescente como um todo. Cada
87 Secretaria deverá disponibilizar o seu material, permitindo a participação desde Colegiado. Pediu a palavra
88 a **Técnica visitante Evandra Bazzo (Assessoria da SEPL)**, esclarecendo que, quando se trata de
89 planejamento anual, a Secretaria do Planejamento não tem o domínio e sim a Secretaria da Fazenda. É
90 possível este Conselho conseguir identificar tudo sobre a criança e adolescente, em conjunto com a SEFA.
91 Sabe-se que esse segmento prioritário está bem contemplado. O **Vice Presidente Francisco** encarregou-
92 se de formular um especial agradecimento, aos técnicos da SEFA pela brilhante explanação. Na retomada
93 da pauta, o Vice Presidente questionou o andamento da regulamentação da **Lei 13019 (31/07/2014)**, que
94 estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da Sociedade
95 Civil. Comprometido, o **Conselheiro Presidente Leandro Nunes Meller (SEDS)** citou que um pedido foi
96 protocolado no Núcleo Jurídico, contendo vários itens. A PGE congrega um grupo que já está atuando e
97 aguarda-se a regulamentação federal para concluir os trabalhos. O Art. 3º traz um procedimento e para
98 vigorar, depende dessa regulamentação. A integrante do Núcleo jurídico da SEDS **Dra. Maiara de Almeida**
99 **Abreu** afirmou que a chefia desse setor, **Dr. Joel Samways Neto** encontra-se em férias e é breve o seu
100 retorno. Aguarda-se mesmo o decreto federal, para se ter a finalização dessa questão. O **Presidente**
101 **Leandro** assegurou ainda que em Brasília trabalhou-se um pouco da pauta da Conferência Nacional de
102 Direitos Humanos. Encontrou-se a possibilidade dos Presidentes dos Conselhos participarem da
103 Conferência; dessa forma, indicou-se o **Vice Presidente Francisco Marcos**, para representar a Mesa
104 Diretora do CEDCA. Soube-se também na Capital Federal, que muitos Estados ainda não apresentaram o
105 seu Plano Decenal. Na sequência, A **Conselheira Marcela Evangelista**, retomou a explanação e análise
106 das Deliberações. Foram abordados recursos para Guarda Mirim, Superávit 2012, Agentes de Leitura,
107 Crescer em Família, estagiários aprendizes, Capacitação CMS, Culturação, Brincadeiras na Comunidade,
108 Obras, entidades, Educomunicação, Assoc. Reviver Down, Karatê no Cense, Superávit 2011. A
109 **Conselheira Marcela** pontuou que todas as deliberações foram revistas. Sugeriu que o valor total dessas
110 sobras não fosse discutido nesta data devido ao adiantamento da hora. Planilhas suplementares serão
111 montadas, aguardando-se o retorno da SESP e SEJU. Total desses recursos: R\$ 11 milhões de reais
112 aproximados. Solicitando registro em ata, a **Conselheira Débora Cristina (ABEC)** desejou destacar que
113 pontos como Conselhos Tutelares e enfrentamento à violência, deverão estar dentro desses saldos.
114 Segundo o **Presidente Leandro Meller (SEDS)**, a própria Unidade de Garantia de Direitos tem diagnósticos
115 que podem subsidiar. Numa decorrência direta, a **Conselheira Marcela** afirmou que a soma dos saldos das
116 deliberações chegou à R\$ 12.791.271,00 trará as planilhas para Assembleia de maio. Já ao final, o
117 **Presidente Leandro** justificou a sua ausência na reunião das Câmaras, no dia seguinte tendo em vista a
118 sua participação em evento em Foz do Iguaçu e eleição do COEDE em Cascavel.. A presente ata foi
119 gravada e redigida pela servidora Regina Amasiles Rodrigues Costa (SEDS), digitada pelo funcionário
120 Jonathan Coelho Zaninelli, sendo a Secretária Executiva Maria Letícia Zavala Dellê.